

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ – ALEPI

CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO - CONTABILIDADE – TIPO B

FRASE: “O que está por vir é melhor do que já foi.”
(Transcrever a frase acima para a folha de resposta)

SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de provas, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas;
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **Caderno de Texto Definitivo** destinado às respostas das questões discursivas.

TEMPO

- **05h (cinco horas)** é o tempo disponível para a realização das provas, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva e transcrição da prova discursiva no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O candidato somente poderá se retirar da sala de prova após o decurso de **60min (sessenta minutos)** e só poderá se retirar do local de realização das provas após o decurso de **02h (duas horas)** do horário de início da prova.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se o **CARGO** deste caderno de prova coincide com o registrado no cabeçalho de cada página e com o cargo para o qual você está inscrito. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o TIPO de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** e/ou do **Caderno de Texto Definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **Cartão de Respostas**, sendo este o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e do **Caderno de Texto Definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, no **Cartão de Respostas** e no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal **Caderno de Prova**, o **Cartão de Respostas** e o **Caderno de Texto Definitivo** devidamente assinada, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS COMUNS**Língua Portuguesa**

Texto para as questões de 1 a 10.

O maiúsculo e o minúsculo

1 É lastimável quando alguém simplifica em demasia as realidades complexas: perde a proporção dos fatos e se põe a fazer afirmações desprovidas de qualquer fundamento. Enquanto essas simplificações permanecem nos limites do idiossincrático, parece não haver maiores problemas, afinal cada um acredita naquilo que bem lhe apraz. Contudo, quando essas simplificações ultrapassam tais limites e começam a sustentar ações para além do idiossincrático, a situação se torna,
5 no mínimo, preocupante.

É o que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua. Nessa área, há, sem dúvida, questões maiúsculas a serem enfrentadas. O Brasil precisa desencadear um amplo debate com vista à elaboração de uma nova política linguística para si, superando os efeitos deletérios de uma situação ainda muito mal resolvida entre nós.

Essa nova política deverá, entre outros aspectos, reconhecer o caráter multilíngue do país (o fato de o português ser
10 hegemônico não nos deve cegar para as muitas línguas indígenas, europeias e asiáticas que aqui se falam, multiplicidade que constitui parte significativa do patrimônio cultural brasileiro). Ao mesmo tempo, deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado aqui, vencendo, de vez, o mito da língua única e homogênea.

Será preciso incluir, nessa nova política, um combate sistemático a todos os preconceitos linguísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social. E incluir, ainda, um incentivo permanente à
15 pesquisa científica da complexa realidade linguística nacional e à ampla divulgação de seus resultados, estimulando com isso, por exemplo, um registro mais adequado, em gramáticas e dicionários, da norma-padrão real, bem como das demais variedades do português, viabilizando uma comparação sistemática de todas elas, como forma de subsidiar o acesso escolar (hoje tão precarizado) ao padrão oral e escrito.

Apesar de termos essas tarefas maiúsculas à frente, foi uma questão minúscula que, a partir de uma grosseira
20 simplificação dos fatos, acabou por tomar corpo em prejuízo de todo o resto: a presença de palavras da língua inglesa em nosso cotidiano.

Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra que, proporcionalmente ao tamanho do nosso léxico (composto por cerca de 500 mil palavras), esses estrangeirismos não passam de uma insignificante gota d'água (algumas poucas dezenas) num imenso oceano.

25 Mostra-nos ainda mais (e aqui um dado fundamental): muitos deles, pelas próprias ações dos falantes, estão já em pleno refluxo (a maioria terá, como em qualquer outra época da história da língua, vida efêmera).

1. A intencionalidade discursiva do texto em análise gira em torno de

- (A) expor um estudo científico a respeito dos empréstimos linguísticos que ocorrem nas situações de uso da língua, de modo a ratificar que uma língua não tem hegemonia sobre outra.
- (B) observar um fato do cotidiano para registrar uma comparação entre os dialetos da língua portuguesa.
- (C) apresentar um ponto de vista sobre aspectos vários que envolvem o multilinguismo e a variação em seus caracteres diversos.
- (D) informar a um público específico, os linguistas, acerca das peculiaridades de cada idioma no processo de estrangeirismo, influência de uma língua sobre outra.
- (E) relatar impressões pessoais acerca do plurilinguismo, que está enraizado no dia a dia do autor, como falante, e que permeia sua vida acadêmica, como estudioso da língua.

2. Quando o autor denomina seus eixos temáticos de “O maiúsculo e o minúsculo”, ele o faz por meio de um processo de substituições, valendo-se de uma relação de sentido entre tais palavras e a discussão que irá realizar. Dessa forma, há o uso de uma figura de linguagem denominada de

- (A) paronomásia.
- (B) litote.
- (C) elipse.
- (D) catacrese.
- (E) metonímia.

3. “Ao mesmo tempo, deverá reconhecer a grande e rica diversidade do português falado aqui, vencendo, de vez, o mito da língua única e homogênea.” (linhas 11 e 12) O trecho entre aspas legitima o processo de variação linguística, o qual está corretamente tipificado e descrito como

- (A) variação dialetal, por tratar-se do uso formal ou informal da língua.
- (B) variação diafásica, pois representa as variações que se estabelecem em função do contexto comunicativo.
- (C) variação diastrática, por tratar das mudanças ocorridas na língua com o decorrer do tempo.
- (D) variação diatópica, pois ocorre em virtude da convivência entre os grupos sociais.
- (E) variação diacrônica, pois ocorre em razão das diferenças regionais.

4. A partir dos sentidos possíveis para os termos destacados, no contexto seguinte, marque a alternativa correta.

“Enquanto essas simplificações permanecem nos limites do **idiosincrático**, parece não haver maiores problemas, afinal cada um acredita naquilo que bem lhe **apraz**. Contudo, quando essas simplificações ultrapassam tais limites e começam a sustentar ações para além do **idiosincrático**, a situação se torna, no mínimo, preocupante.” (linhas 2 a 5)

- (A) O pensamento genérico, quando se torna particular, torna-se preocupante.
- (B) O pensamento genérico, quando se torna particular, torna-se apraz.
- (C) O pensamento individual, quando se torna apraz, torna-se inquietante.
- (D) O pensamento genérico, quando se torna apraz, torna-se preocupante.
- (E) O pensamento particular, quando se torna genérico, torna-se inquietante.

5. A Morfologia é a parte da gramática que estuda as palavras, desde a sua estrutura e formação até as suas formas de flexão, organizando-se, assim, em categorias, conhecidas como classes de palavras. Logo, a partir dessa definição, analise a correlação termo destacado/ função morfológica entre parênteses para assinalar a alternativa correta.

- (A) “[...] foi uma questão minúscula **que**, a partir de uma grosseira simplificação dos fatos, acabou por tomar corpo [...]”. [linhas 19 e 20] (conjunção)
- (B) “[...] elaboração de uma **nova** política linguística para si [...]”. [linhas 7 e 8] (substantivo)
- (C) “Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra **que** [...]”. [linha 22] (pronome)
- (D) “É **o** que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua.” [linha 6] (pronome)
- (E) “[...] superando os **efeitos** deletérios de uma situação ainda muito mal resolvida entre nós. [linha 8] (adjetivo)

6. “[...] afinal cada um acredita naquilo que bem lhe **apraz**”. (linha 3) O verbo negrito, no trecho anterior, está corretamente transposto para a terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo em

- (A) “Ele aprovou”.
- (B) “Ele aprazia”.
- (C) “Ele aprazer”.
- (D) “Ele aproovesse”.
- (E) “Ele aproovera”.

7. Partindo do conceito de regência verbal como sendo a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam ou os circunstanciam, assinale a alternativa que traz informação correta sobre essa relação nos períodos que seguem

- (A) “[...] É lastimável quando alguém **simplifica** em demasia as realidades complexas [...]” [linha 1] (o verbo **simplificar** é transitivo indireto).
- (B) “[...] **vencendo**, de vez, o mito da língua única e homogênea.” [linha 12] (o verbo **vencer** é bitransitivo).
- (C) “[...] quando essas simplificações **ultrapassam** tais limites [...]” [linhas 3 e 4] (o verbo **ultrapassar** é intransitivo).
- (D) “[...] **há**, sem dúvida, questões maiúsculas a serem enfrentadas [...]” [linhas 6 e 7] (o verbo **haver** é transitivo direto).
- (E) “[...] a maioria **terá**, como em qualquer outra época da história da língua, vida efêmera.” [linha 26] (o verbo **ter** é transitivo indireto).

8. Partindo da definição de sintaxe como sendo a parte da Gramática que estuda a disposição das palavras nos períodos, bem como a relação lógica entre elas, assinale a alternativa, na qual a função sintática do termo destacado nas orações está corretamente descrita entre parênteses.

- (A) “[...] Será preciso incluir, nessa nova política, um combate sistemático **a todos os preconceitos linguísticos** [...]”. [linha 13] (adjunto adnominal).
- (B) “[...] um incentivo permanente **à pesquisa** científica [...]”. [linha 14 e 15] (complemento nominal)
- (C) “[...] multiplicidade que constitui parte significativa **do patrimônio cultural brasileiro** [...]”. [linhas 10 e 11] (objeto indireto)
- (D) “[...] **Essa** nova política deverá, entre outros aspectos, reconhecer o caráter multilíngue do país [...]”. [linha 9] (sujeito)
- (E) “[...] a maioria **terá**, como em qualquer outra época da história da língua, vida **efêmera** [...]”. [linha 26] (predicativo do sujeito)

9. As orações subordinadas são aquelas que dependem de outras orações no período e que não têm sentido completo se aparecerem isoladas. Assim sendo, assinale a alternativa em que há uma oração subordinada destacada corretamente classificada.

- (A) “Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra **que esses estrangeirismos não passam de uma insignificante gota d’água num imenso oceano.**” [linhas 22 a 24] (substantiva subjetiva)
- (B) “É o **que tem ocorrido ultimamente com certa discussão em torno da língua.**” [linha 6] (adjetiva restritiva)
- (C) “[...] afinal cada um acredita naquilo **que bem lhe apraz.**” [linha 3] (substantiva objetiva indireta)
- (D) “**Enquanto essas simplificações permanecem nos limites do idiossincrático**, parece não haver maiores problemas [...]” [linhas 2 e 3] (adverbial condicional)
- (E) “**Apesar de termos essas tarefas maiúsculas à frente**, foi uma questão minúscula que acabou por tomar corpo em prejuízo de todo o resto.” [linhas 19 e 20] (adverbial causal)

10. Em se tratando da sintaxe de colocação pronominal, assinale a alternativa, na qual, a descrição sobre a colocação do pronome negrito está corretamente justificada nos contextos que seguem.

- (A) “[...] afinal cada um acredita naquilo que bem **lhe** apraz”. [linha 3] (ocorre próclise em decorrência do advérbio **bem**).
- (B) “[...] o português ser hegemônico não **nos** deve cegar para as muitas línguas [...]”. [linhas 9 e 10] (ocorre próclise, mas deveria ocorrer mesóclise em decorrência da locução verbal **deve cegar**).
- (C) “[...] a situação **se** torna, no mínimo, preocupante.” [linhas 4 e 5] (ocorre próclise, mas deveria ocorrer ênclise por respeito à hierarquia de colocação pronominal).
- (D) “[...] Mostra-**nos** ainda mais [...]”. [linha 25] (ocorre ênclise, mas deveria ocorrer próclise por respeito à hierarquia de colocação pronominal).
- (E) “[...] línguas indígenas, europeias e asiáticas que aqui **se** falam [...]”. [linha 10] (ocorre próclise em decorrência do pronome relativo **que**).

Raciocínio Lógico

11. Uma nutricionista atendeu em certo dia 12 pessoas. Ela fez a média dos “pesos” (massa em quilograma), registrando-os em uma tabela:

101	98	60	61	82	94	94	55	?	36	78	79
-----	----	----	----	----	----	----	----	---	----	----	----

Na pressa, a nutricionista esqueceu de anotar uma das medidas. Mas sua secretária havia feito o cálculo da média e deixou um bilhete em cima de sua mesa com o resultado de: 74,75 kg.

A medida que está faltando corresponde a

- (A) 57.
- (B) 61.
- (C) 60.
- (D) 59.
- (E) 58.

12. Na reforma de uma obra, há rolos de fio elétrico com medidas de 160, 140 e 220 metros. Será preciso cortar o fio em pedaços iguais, maiores possíveis e, não sobrar nada. O comprimento máximo de cada fio será de

- (A) 14 metros
- (B) 22 metros.
- (C) 20 metros.
- (D) 18 metros.
- (E) 16 metros.

13. Identifique a quantidade de números pares de três algarismos que podemos formar com os números 1, 2, 3, 4 e 5, sem repeti-los.

- (A) 48
- (B) 12
- (C) 16
- (D) 22
- (E) 24

14. Uma pastelaria atendeu em uma noite 230 clientes. O dono do estabelecimento fez a seguinte anotação:

- 171 clientes consumiram pastéis salgados;
- 80 clientes consumiram pastéis doces;
- 45 clientes consumiram dos dois tipos.

A quantidade de clientes que não consumiu pastel foi de

- (A) 28.
- (B) 22.
- (C) 24.
- (D) 26.
- (E) 27.

15. Se uma moeda é lançada 6 vezes, identifique a probabilidade de sair “coroa” 5 vezes.

- (A) 9,375%
- (B) 9,585%
- (C) 9,555%
- (D) 9,475%
- (E) 9,385%

RASCUNHO

História, Literatura e Geografia do Piauí

ESTAVA LÁ AQUILES, QUE ABRAÇAVA

*Estava lá Aquiles, que abraçava
Enfim Heitor, secreto personagem
Do sonho que na tenda o torturava;*

*Estava lá Saul, tendo por pajem
Davi, que ao som da cítara cantava;
E estavam lá seteiros que pensavam
Sebastião e as chagas que o mataram.
Nesse jardim, quantos as mãos deixavam
Levar aos lábios que o atraíçaram!
Era a cidade exata, aberta, clara:
Estava lá o arcanjo incendiado
Sentado aos pés de quem desafiara;
E estava lá um deus crucificado
Beijando uma vez mais o enforcado.*

Mário Faustino. Poesia de Mário Faustino. Rio de Janeiro:
Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 85.

16. Identifique, por meio do poema em análise, a alternativa, na qual, percebe-se uma das marcas da poética de Mário Faustino.

- (A) Retextualização de temáticas mitológicas e religiosas para enfatizar, por meio de um tom jocoso e debochado, o caráter ferino de sua poética.
- (B) Intertextualidade com temáticas mitológicas e religiosas, sintetizando sentimentos divergentes de episódios originais, demonstrando o experimentalismo de sua poética.
- (C) Pastiche com temáticas mitológicas e religiosas, a fim de ironizar correntes como o racionalismo e o paganismo.
- (D) Paródia com temáticas mitológicas e religiosas, para construir uma crítica jocosa à historiografia e ao catolicismo.
- (E) Intercontextualidade com temáticas mitológicas e religiosas, ratificando, em sua poética, episódios trágicos da literatura greco-latina.

17. Sobre o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no estado do Piauí, que constitui uma área rica em vestígios arqueológicos que oferecem *insights* valiosos sobre a pré-história das Américas, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma das características mais notáveis da Serra da Capivara são as inúmeras pinturas rupestres encontradas nas paredes de seus abrigos rochosos. Datadas de milhares de anos, representam cenas da vida cotidiana, animais, figuras humanas e símbolos abstratos, oferecendo pistas sobre as crenças, práticas religiosas e modos de vida das populações antigas que viveram na região.
- (B) A Serra da Capivara abriga uma abundância de vestígios arqueológicos, incluindo ferramentas de pedra, ossos, conchas e restos de fogueiras.
- (C) O Parque Nacional da Serra da Capivara foi criado em 1808, visando preservar tanto o patrimônio cultural quanto a rica diversidade fúngica da região.
- (D) A Serra da Capivara oferece evidências que comprovam a teoria tradicional de que os primeiros habitantes das Américas migraram da Sibéria para o Alasca, cruzando uma ponte de terra durante a última Era Glacial.
- (E) Niède Guidon, arqueóloga franco-brasileira, foi uma das principais responsáveis por destacar a importância da região como um dos mais ricos sítios arqueológicos das Américas. Seu trabalho desempenhou um papel crucial na compreensão da pré-história e na promoção da preservação do patrimônio cultural brasileiro, bem como na criação da Fundação Museu Nacional.

18. Durante o processo de colonização do Brasil, diversos motivos influenciaram o movimento de povoamento nas diferentes regiões do país. No caso do território piauiense, houve um fator crucial nesse processo. Assinale a alternativa que apresenta o principal fator que desencadeou, ainda no período colonial, o movimento de povoamento para além do litoral, rumo as vastas áreas do Piauí.

- (A) A prática da avicultura que precisava de mais espaço, mas não exigia grandes investimentos de capital e de pessoal para o seu funcionamento.
- (B) O incentivo fiscal concedido aos latifundiários para colonizar as áreas dos sertões, condicionado ao cultivo de algodão, café ou cana-de-açúcar.
- (C) O cultivo da cana-de-açúcar que demandava grande quantidade de terra, resultando na ocupação de vastas áreas do interior.
- (D) A prática da pecuária que dispensava a proximidade da praia, permitindo que o gado vacum fosse transportado de grandes distâncias com facilidade, encontrando pastagens disponíveis nas regiões impróprias ao cultivo da cana.
- (E) A plantação de soja nos sertões, onde as condições climáticas eram mais favoráveis e o preço da terra mais atrativo.

19. Considerando a fauna e a flora do estado do Piauí, refletindo uma biodiversidade rica e variada, assinale a alternativa correta.

- (A) É o lar da Arara-Azul-Grande, uma espécie ameaçada de extinção, conhecida por sua plumagem vibrante e comportamento social complexo.
- (B) É conhecido pelas suas Araucárias, árvores que produzem pinhões, uma semente comestível amplamente utilizada na culinária local.
- (C) É comum encontrar a Jiboia-Arco-Íris, uma serpente não venenosa, conhecida por sua coloração vibrante. Além de sua aparência marcante, desempenha um papel crucial no controle das populações de roedores na região.
- (D) É habitat da maior parte das Onças-Pintadas brasileiras, o maior felino das Américas, conhecido por sua pelagem com manchas em forma de rosetas e por ser um predador de topo na cadeia alimentar.
- (E) Abriga o Mandacaru, um cacto típico da caatinga, conhecido por suas flores brancas noturnas e por ser uma importante fonte de alimento para várias espécies de aves e insetos.

20. Sobre as características do relevo piauiense, assinale a alternativa correta.

- (A) Apresenta uma extensa planície aluvial, caracterizada por sua topografia vulcânica e baixa altitude.
- (B) Caracterizado por uma vasta região de dunas, que se estende por grande parte do interior do estado, oferecendo um cenário deslumbrante para atividades de turismo de aventura, como o *sandboard*.
- (C) Formado por planícies e chapadas, com algumas áreas relativamente planas intercaladas por morros e elevações suaves, sendo propício para a agricultura diversificada e o cultivo de culturas de sequeiro.
- (D) Possui uma meseta, com terras planas e elevadas, cortadas por vales profundos, formando uma paisagem de cânions espetaculares e cachoeiras impressionantes.
- (E) Caracterizado por uma vasta região de dunas, possuindo uma meseta, com terras planas e elevadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação Institucional; Constituição do Estado do Piauí
--

21. É correto afirmar, sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), instituído pela Resolução n.º 540, de 09 de outubro de 2023, que

- (A) as Comissões devem ter à disposição, os serviços de assessoramento e consultoria técnico-legislativa especializado em diversas áreas do conhecimento para o pleno desempenho de suas funções, a ser definido em legislação específica.
- (B) as sessões da referida Casa Legislativa serão peremptórias, ordinárias e extraordinárias.
- (C) as sessões ordinárias terão, normalmente, a duração de até duas horas, com início às onze horas.
- (D) nas sessões solenes se observará a ordem dos trabalhos que for estabelecida pelos líderes que designará os oradores, ouvido o Presidente.
- (E) as sessões da Assembleia serão suspensas por falta de número e nas hipóteses de perturbação da ordem, ou para recepcionar o Presidente da República.

22. Assinale a alternativa correta sobre o instituto da “Questão de Ordem”, afirmada no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI).

- (A) No momento da votação, ou quando se discutir e votar a redação inicial, a palavra para formular a “Questão de Ordem” só poderá ser concedida uma vez ao relator e uma vez a outro Deputado, de preferência ao autor da proposição principal ou acessória em votação.
- (B) O Deputado poderá exceder o prazo de três minutos para formular “Questão de Ordem”, além de falar sobre o mesmo assunto mais de uma vez.
- (C) Considera-se “Questão de Ordem”, a dúvida razoável sobre o regimento, na sua eficácia exclusiva ou relacionada com a Constituição Federal.
- (D) O Deputado que quiser comentar, criticar a decisão do Presidente ou contra ela protestar, poderá fazê-lo na mesma sessão, à hora do Pequeno Expediente.
- (E) Cabe ao Presidente decidir sobre a “Questão de Ordem” suscitada, inclusive podendo consultar previamente o corpo de assessores técnicos à disposição no momento.

23. São objetivos fundamentais observados nos termos da Constituição do Estado do Piauí, a disposição de

- (A) construir uma sociedade livre, justa e fraterna.
- (B) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (C) prevalência dos direitos fundamentais individuais, coletivos, sociais, culturais e políticos.
- (D) erradicar a pobreza e valorizar dignidade da pessoa.
- (E) legalidade dos atos administrativos e institucionais.

24. Em observância ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), é possível afirmar, sobre a Ordem do Dia, que

- (A) a ausência nas votações não se equipara à ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de abstenção parlamentar legítima, previamente declarada em Plenário.
- (B) esgotada a matéria do Pequeno Expediente, se passará à Ordem do Dia, que terá a duração de duas horas.
- (C) ocorrendo a falta de número para as votações, será feita a discussão da matéria em pauta peremptória.
- (D) se houver matéria com discussão encerrada e ocorrer número legal para deliberar, o Presidente poderá interromper o orador que estiver na tribuna, a fim de proceder à votação das matérias.
- (E) o ato de votar nunca será interrompido.

25. O Estado do Piauí rege-se, nas relações jurídicas e nas suas atividades político-administrativas, nos termos de sua Constituição, pelos princípios voltados à

- (A) consideração de uma sociedade justa e livre.
- (B) erradicação da pobreza e da marginalização.
- (C) promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem.
- (D) prevalência dos direitos fundamentais individuais, coletivos, sociais, culturais e políticos.
- (E) redução das desigualdades sociais e setoriais.

26. Acerca da Nomeação, tratada na Lei Complementar Estadual n.º 13, de 3 de janeiro de 1994, assinale a alternativa correta.

- (A) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público de provas, ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- (B) A lotação dos servidores será realizada a critério da Administração Pública, em razão da conveniência e oportunidade.
- (C) A designação para função de direção, assessoramento e chefia intermediários, de competência dos dirigentes de órgãos e entidades administrativas, recairá, preferencialmente, em servidor de carreira ou de cargo isolado de provimento efetivo.
- (D) O exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante, integral dedicação ao serviço, devendo o servidor ser convocado sempre que houver interesse da administração.
- (E) Os requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes orçamentárias.

27. Sobre os institutos elencados na Lei Complementar Estadual n.º 13, de 3 de janeiro de 1994, pode-se afirmar que

- (A) os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, mediante lista tríplice.
- (B) a reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- (C) a reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando a junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (D) o retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento facultativo em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- (E) a remoção é o deslocamento do servidor, apenas a pedido da Administração Pública, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede e sem se modificar a sua situação funcional.

28. Conforme preconiza a Lei Complementar Estadual n.º 13, de 3 de janeiro de 1994, constituem indenizações ao servidor

- (A) o soldo.
- (B) as gratificações por prestação de serviço extraordinário.
- (C) as gratificações natalinas.
- (D) os adicionais.
- (E) as diárias.

29. Fulcro nas disposições expressas na Lei Estadual n.º 8.121, de 23 de agosto de 2023, indique a resposta correta.

- (A) Terá direito a ser promovido o servidor efetivo mesmo que esteja com vínculo funcional suspenso.
- (B) Incidirão sobre o vencimento a revisão geral anual e reajustes, destinados aos servidores públicos efetivos da Assembleia Legislativa do Piauí, preservando o poder aquisitivo, nunca inferior ao piso estabelecido e vigente no Estado, por força do Regimento Interno da Casa Legislativa.
- (C) Os valores percebidos pelos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Quadro de Pessoal de provimento efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí é composta pela remuneração, acrescido de vantagens e acréscimos pecuniários de até 10%.
- (D) A promoção funcional consiste na movimentação vertical do servidor efetivo entre classes e letras ou apenas letras, e dar-se-á da última referência para a seguinte, atendidos os requisitos constantes da Lei Estadual n.º 8.121, de 23 de agosto de 2023.
- (E) Os servidores efetivos da Assembleia Legislativa estão vinculados de forma direta ao Estatuto dos Servidores do Estado do Piauí.

30. Quanto a promoção verificada na Lei Estadual n.º 8.121, de 23 de agosto de 2023, é correto afirmar que

- (A) não terá direito a ser promovido o servidor efetivo que sofrer pena disciplinar nos últimos 15 (quinze) meses.
- (B) como requisito para efetivação da promoção para a Classe Especial, referente a todos os cargos, exigir-se-á do servidor efetivo apresentação de certificado(s) Pós-Graduação em nível mínimo de Especialização, realizada por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.
- (C) a Administração Superior poderá conceder a promoção ao servidor efetivo, sempre que, cumprindo os requisitos, apresentar certificado(s) de Pós-Graduação em nível mínimo de Especialização, realizada por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.
- (D) as promoções ocorrerão no interstício de 2 (dois) anos, a exceção da primeira, na qual o interstício será o correspondente ao estágio probatório.
- (E) a primeira promoção independe do resultado da Avaliação Especial de Desempenho para conclusão do estágio probatório.

31. Em se tratando do Controle de Constitucionalidade, mencionado na Constituição do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta.

- (A) Os convênios não precisam de aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, mas se submetem a controle de constitucionalidade por ser ato normativo.
- (B) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma da Constituição Estadual, a decisão será comunicada ao poder competente para a adoção das providências necessárias à prática do ato ou início do processo legislativo e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em sessenta dias, sob pena de crime de responsabilidade, em qualquer dos casos.
- (C) Quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo estadual, intimará, previamente, o Procurador-Geral do Estado, que defenderá o ato ou o texto impugnado ou, em se tratando de norma legal ou ato normativo municipal, o Prefeito Municipal, para a mesma finalidade.
- (D) O processo de controle concentrado de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, ou municipal em face da Constituição Estadual, submete-se por leis estaduais e pela própria Carta Estadual.
- (E) Poderá o Tribunal de Justiça, por maioria absoluta, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual, ou municipal, incidentalmente, ou como objeto de Ação Direta.

32. Podemos afirmar sobre o Poder Legislativo quanto às disposições contidas na Constituição do Estado do Piauí.

- (A) É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidades precisas, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria simples.
- (B) As deliberações da Assembleia Legislativa e de suas comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos respectivos membros, salvo disposição constitucional ou regimental em contrário.
- (C) O Poder Legislativo teve prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição do Estado, para elaborar a Lei Estadual do Meio Ambiente.
- (D) Cada legislatura terá a duração de dois anos.
- (E) O número de Deputados à Assembleia Legislativa será o triplo da representação federal na Câmara dos Deputados; alcançado o número de trinta e sete, será este acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

33. Aponte a premissa correta a respeito das Sessões Legislativas e Preparatórias elencadas na Resolução n.º 502, de 16 de julho de 2019.

- (A) Na sessão preparatória da primeira sessão legislativa, sempre que possível com a direção da Mesa da sessão anterior, é realizada a eleição para a escolha do cargo de Presidente e demais membros da Mesa Diretora, referente aos mandatos dos dois biênios subsequentes, sendo vedada a reeleição para o mesmo cargo.
- (B) A eleição da mesa será precedida de sessão legislativa.
- (C) Quando convocada extraordinariamente, a Sessão Legislativa poderá tratar das matérias, objeto da convocação, além de outras que surgirem no curso e decorrentes destas.
- (D) Para apuração de ato de responsabilidade do chefe do executivo, por meio de sessão preparatória, esta será dividida em duas fazes em respeito ao contraditório e ampla defesa.
- (E) No segundo ano de cada legislatura, na primeira sessão preparatória, será deliberada a votação para eleição da mesa, caso apresente o quórum qualificado de 2/3 dos presentes.

34. Sobre as férias contempladas na Lei Complementar Estadual n.º 13, de 3 de janeiro de 1994, podemos afirmar que

- (A) é permitido levar, à conta de férias, apenas duas faltas ao serviço.
- (B) poderão ser parceladas em até duas etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.
- (C) não serão concedidas ao servidor que estiver respondendo à sindicância ou a processo administrativo disciplinar.
- (D) o servidor fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias, não cumuláveis.
- (E) poderão ser interrompidas a critério do superior imediato.

35. Sobre os Institutos acolhidos pelo, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Piauí (ALEPI), instituído pela Resolução n.º 540, de 09 de outubro de 2023, assinale a alternativa correta.

- (A) A Assembleia Legislativa aprecia proposta de emenda à Constituição apresentada por três quintos, no mínimo, dos Deputados.
- (B) A Frente Parlamentar é a associação suprapartidária, composta por, no mínimo, cinco membros da Assembleia Legislativa, destinada a promover o aprimoramento da legislação e a realização de estudos sobre temas de relevante interesse social, político e econômico, desde que não sejam objeto de alguma das Comissões Permanentes.
- (C) Constitui a maioria o Partido ou Bloco Parlamentar integrado pela maioria simples dos membros da Assembleia, considerando-se maioria as demais representações partidárias ou Blocos Parlamentares.
- (D) As situações não regulamentadas pelo Regimento Interno ou, sobre as quais, recaia dúvida de qualquer natureza, devem ser solucionadas pela Mesa, sendo a última palavra do Plenário, nesta ordem, a saber: princípios e regras expressos e implícitos, e Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos com *status* de norma constitucional; os costumes administrativos empreendidos na condução dos trabalhos; princípios e regras contidos na Constituição do Estado do Piauí; os princípios expressos e implícitos neste Regimento e em Tratados Internacionais que versem sobre Direitos Humanos.
- (E) Areclamação é instrumento à disposição dos parlamentares, para efetuar a cobrança judicial relativa à qualidade dos serviços administrativos prestados dentro e fora da Casa, nos termos da lei orgânica.

Disciplinas Específicas do Cargo

36. O artigo 163-A da Carta Magna de 1988, incluído pela Emenda Constitucional 108, de 2020, afirma que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a

- (A) demonstrar na forma adequada ao sistema contábil internacional, dentro das Normas de Contabilidade Pública Brasileira, todos os ingressos de receitas e saídas de despesas e os saldos decorrentes, além de outras informações de interesse público.
- (B) proporcionar a imediata visualização de todos os parâmetros contábeis internacionais e as devidas mensurações feitas a partir destes.
- (C) prover os cidadãos em geral, das informações contábeis em formato inteligível e de fácil assimilação a todo e qualquer contribuinte do país.
- (D) garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.
- (E) evidenciar, de forma incontestável, todas as receitas e despesas públicas, com o intuito de adequar as contas públicas aos padrões de contabilidade internacional.

37. Sobre o que trata o artigo 198 da Constituição Federal de 1988, em seus parágrafos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal.
- (B) O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será superior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.
- (C) Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.
- (D) Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União e aos Estados, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.
- (E) O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias e o estabelecimento de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais, fica sob responsabilidade da União.

38. Assinale a alternativa correta sobre o artigo 211 da Constituição Federal de 1988, o qual, em seu parágrafo 1.º, afirma que a União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva

- (A) buscando unificar padrões, formas e conteúdos educacional, a partir de uma assistência educacional, pedagógica, financeira e jurídica aos entes federados.
- (B) que significa dizer que a educação nacional se dará em um patamar mínimo de qualidade a ser buscado em todo território, o que se dará mediante a construção de um sistema único de educação, com cada ente federado tomando suas responsabilidades. A União ofertará, neste caso, assistência financeira, técnica, logística e jurídica.
- (C) como única maneira de garantir isonomia e equidade educacional, construindo um rigoroso padrão de qualidade, ofertando, para isso, assistência técnica, financeira e jurídica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- (D) tendo como meta principal a construção de um padrão nacional de qualidade para o ensino, oportunizando o crescimento uniforme em todo o país e prestando apoio educacional, técnico e financeiro aos entes federados.
- (E) de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

39. Sobre a Lei n.º 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.
- (B) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente de implemento de condição.
- (C) O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- (D) Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo facultada a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.
- (E) Tributo de nenhuma forma ou espécie será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça. Tributo de nenhuma forma ou espécie será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária.

40. A Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, afirma em seu artigo 1º, parágrafo 1º, que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a

- (A) renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
- (B) incentivos fiscais, renúncias de receitas diversas, precatórios e despesas com pessoal e previdência.
- (C) geração de despesas com pessoal e previdência, antecipações de crédito, dívidas ativas no Cadin, dívida pública interna e externa e direitos reais de garantia.
- (D) geração de despesas com antecipações, renúncia de receitas diversas, dívidas inscritas em restos a pagar, precatórios e subvenções sociais de todas as naturezas.
- (E) rolagem de dívidas internas e externas, geração de despesas com pessoal e contratos públicos, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito, exceto por antecipação de receitas e inscrição em Restos a Pagar.

41. Pode-se definir a execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos orçamentários (dotação ou autorização de gasto) consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA). Por sua vez, a execução financeira representa a utilização de recursos financeiros (dinheiro) seguindo uma programação financeira. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Para que qualquer utilização de recursos públicos seja efetuada, a primeira condição é que esse gasto tenha sido legal, oficialmente previsto e autorizado pelo Poder Executivo e que sejam seguidos à risca os três estágios da execução das despesas previstos na Lei n.º 4.320/1964: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- (B) Na gestão pública é habitual fazer a distinção entre as palavras créditos e recursos. O termo crédito designa o lado financeiro e recurso o lado orçamentário.
- (C) Por meio da execução financeira é possível acompanhar e analisar as ações governamentais (projetos e/ou atividades) executadas e aquelas a serem desenvolvidas.
- (D) Os principais tipos de documentos que registram a execução orçamentária e financeira são: Nota de Dotação (ND), Nota de Crédito (NC), Nota de Empenho (NE), Programação Financeira (PF) e Ordem Bancária (OB).
- (E) A execução orçamentária e a execução financeira são dissociadas, pois havendo o crédito orçamentário haverá como ocorrer a despesa, e da mesma forma, havendo recurso financeiro, ele poderá ser gasto independentemente de haver o crédito orçamentário.

42. As características qualitativas da informação incluídas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. Sobre este tema, leia o enunciado abaixo:

Qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar. A qualidade referente àquilo que dá suporte a algo, algumas vezes é utilizada para descrevê-la, quando aplicada em relação à informação explicativa e à informação quantitativa financeira e não financeira prospectiva divulgada nos RCPGs.

As informações acima estão alinhadas à característica qualitativa identificada como

- (A) representação fidedigna.
- (B) verificabilidade.
- (C) tempestividade.
- (D) comparabilidade.
- (E) compreensibilidade.

43. Sobre o Plano Plurianual (PPA), principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal, o qual define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, identifique a afirmativa correta.

- (A) Durante sua vigência, o PPA norteia a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). A Constituição Federal determina que é facultativo aos planos e programas regionais e setoriais que eles sejam elaborados em consonância com o PPA.
- (B) Contempla as despesas correntes e outras delas geradas, além daquelas relativas aos programas de curta duração.
- (C) O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos. coincide com o mandato do presidente.
- (D) A elaboração do PPA começa a partir de um projeto de lei proposto pelo Poder Executivo, que deve ser submetido ao Congresso Nacional até seis meses após início do primeiro ano de mandato do presidente.
- (E) O novo Plano é então avaliado e votado pelos congressistas para, em seguida, ser devolvido ainda no mesmo ano para sanção do presidente.

44. Em se tratando dos princípios norteadores do Orçamento Público, temos que o da Exclusividade afirma que, excluídos os investimentos das empresas estatais controladas e dependentes, e o orçamento da seguridade social, previstos nos Incisos II e III do § 5.º do Artigo 165 da Constituição Federal de 1988, e no Artigo 5.º da Lei n.º 4.320/1964, fica estabelecido que a Lei Orçamentária não conterà dispositivo estranho à previsão de receita e fixação da despesa. **Excluem-se** dessa proibição

- (A) a autorização para abertura de crédito adicional suplementar e a contratação de operação de crédito, nos termos da legislação vigente.
- (B) as despesas com pessoal e a autorização para abertura de crédito adicional especial.
- (C) a autorização para abertura de crédito adicional extraordinário e despesas com pessoal.
- (D) as despesas decorrentes de transferências entre entes federados e as despesas com guerras e calamidades.
- (E) as despesas decorrentes de transferências entre entes federados e a autorização para abertura de crédito adicional especial.

45. As receitas públicas correspondem ao montante total em recursos recolhidos pelo Tesouro Nacional e que serão incorporados ao patrimônio do Estado, servindo para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos. Sobre o tema, leia o enunciado:

Obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal, ou seja, o Estado é investido de autoridade para determinar que os cidadãos e empresas destinem parte de sua renda para o financiamento das atividades governamentais. Decorrem de norma constitucional ou legal e, por isso, são impositivas.

As informações acima estão alinhadas às receitas

- (A) de capital.
- (B) extraorçamentárias.
- (C) financeiras.
- (D) originárias.
- (E) derivadas.

46. Em se tratando de despesa pública, sendo o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos prestados à sociedade ou para a realização de investimentos, assinale a alternativa correta em relação ao grupo de natureza de despesas onde se encaixam as dotações para amortização da dívida pública.

- (A) Investimentos.
- (B) Juros e Encargos da Dívida.
- (C) Transferências de Capital.
- (D) Transferências Correntes.
- (E) Despesas de Custeio.

47. A dívida ativa consiste no crédito público, ou seja, nos valores devidos à Fazenda por terceiros, podendo apresentar natureza tributária (origem em tributos ou penalidades) ou não tributária (valores administrativos). Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez, porém não tem efeito de prova pré-constituída.
- (B) O contribuinte que discordar do montante do débito poderá protocolar, perante a unidade de atendimento competente, requerimento de revisão de débito inscrito em Dívida Ativa da União, juntamente com os documentos comprobatórios do pedido.
- (C) Não há presunção de fraude sobre a alienação ou oneração de bens, ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- (D) Observe-se que, conforme o artigo 151 do Código Tributário Nacional (CTN), o pedido de revisão suspende a exigibilidade do débito tributário.
- (E) A presunção citada é absoluta e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

48. Um dos destaques entre as medidas de recuperação fiscal anunciadas pelo Governo Federal em janeiro de 2023, refere-se aos Restos a Pagar, despesas com compromisso de utilização no orçamento federal que não tenham sido pagas até 31 de dezembro. Eles terão ou não a manutenção de seu saldo analisada à luz do interesse público. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Devem ser inscritos em Restos a Pagar não processados, empenhos referentes a despesas com diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos.
- (B) A Liquidação é o segundo estágio da despesa pública e é de onde se origina o processo de Restos a Pagar. Portanto, sendo feita a liquidação, fica o Estado obrigado ao desembolso financeiro, desde que o fornecedor do material ou prestador dos serviços atenda a todos os requisitos legais de autorização ou habilitação de pagamento.
- (C) Quando ocorrer a liquidação efetiva dos Restos a Pagar Não Processados em liquidação ou a liquidar, estes passarão a ser restos a pagar não processados liquidados, com tratamento similar aos processados.
- (D) Quando o pagamento deixa de ser efetuado por dois exercícios seguidos, procede-se, então, à inscrição em Restos a Pagar. Na inscrição, os Restos a Pagar (RP) são classificados em: RP Processados, RP Não Processados em liquidação e RP Não Processados a liquidar.
- (E) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro, que não têm a sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes, com base na legislação vigente.

49. Para a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Lei Complementar n.º 101/2000), a Dívida Pública Consolidada ou Fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. De acordo com a LRF, o refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro

- (A) 80% (oitenta por cento) do montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas.
- (B) o valor médio do montante final dos 3 (três) exercícios anteriores, acrescidos de atualização monetária e custos operacionais.
- (C) o valor médio do montante final dos 5 (cinco) exercícios anteriores, somado ao montante das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, sem acréscimos ou atualizações monetárias.
- (D) o montante do final do exercício anterior, acrescido de atualização monetária.
- (E) o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

50. Adiantamento é o Regime excepcional de realização de despesa que consiste na entrega de numerário a servidor credenciado, sempre precedida de empenho emitido na dotação própria, que tem por finalidade a realização de despesas que não possam subordinar-se ao regime normal de aplicação. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente suprido é o portador identificado no Cartão de Pagamento do Governo Federal e responderá pela sua guarda e uso, prestando contas das despesas realizadas ao final do período de aplicação. Em casos de roubo, furto, perda ou extravio do cartão, o suprido deverá comunicar o ocorrido ao Banco do Brasil e ao Ordenador de Despesa.
- (B) A concessão do Suprimento de Fundos, apesar de seu caráter de excepcionalidade, ainda tem de observar pelo menos os estágios da despesa, de empenho e de pagamento.
- (C) O prazo de aplicação do Suprimento de Fundos é de até 60 (sessenta) dias, contado da assinatura do ato de concessão, sendo que para prestação de contas, o prazo é de até 30 (trinta) dias, contado a partir do término do prazo de aplicação.
- (D) O que diferencia a execução da despesa por Suprimento de Fundos das demais formas de execução de despesa é o empenho feito em nome do órgão ou do ordenador das despesas, o adiantamento da quantia a ele e a inexistência de obrigatoriedade de licitação.
- (E) A realização dessas despesas faculta ao seu ordenador, observar os mesmos princípios que regem a Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), bem como o princípio da isonomia e da aquisição mais vantajosa para a Administração Pública.

51. A auditoria Governamental consiste no exame objetivo, isento da emissão de juízos pessoais, emotivados, sistêmicos e independentes das operações orçamentárias, financeiras, administrativas e de qualquer outra natureza, objetivando verificar as diversas aplicações de recursos, sob os critérios de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade, tendo em vista sua eficiência e eficácia. Sobre a auditoria governamental interna, assinale a alternativa correta.

- (A) A estrutura da Auditoria Governamental Interna e Externa está representada, no âmbito da União, pelo Ministério da Transparência, Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério da Fazenda. São os órgãos, dentro do Governo Federal, que possuem a centralidade das ações relativas a controles internos.
- (B) O Sistema de Controle Interno (SCI) é formado por todas as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG), assim classificadas, integrantes dos órgãos da Administração Pública Federal, exceto as autarquias, fundações públicas e estatais.
- (C) Junto com o Órgão Central e dos Setoriais foi definido como órgão máximo do sistema as denominadas Auditorias Internas Singulares (AUDIN), criadas por força do artigo 14 do Decreto n.º 3.591/2000.
- (D) A CGU exerce competências relativas à auditoria interna no âmbito do Poder Executivo Federal. Ela resulta de evolução e adequações de natureza política e estrutural da Administração Pública brasileira ao longo do século XX, marcado pela edição do Decreto-Lei 200/1967 e, em 1964, com a aprovação da Lei n.º 4.320.
- (E) Atualmente a auditoria interna está organizada em uma estrutura hierarquizada que se inicia no Ministério da Fazenda e no Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, posicionados no primeiro escalão da hierarquia do Governo Federal, que tem como órgão operacional a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC).

52. Instituto através do qual o Estado atribui o exercício de um serviço público a alguém que aceite prestá-lo em nome próprio, por sua conta e risco, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, remunerando-se pela própria exploração do serviço, em geral, e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço.

As informações acima estão alinhadas à(s)

- (A) Subconcessão de Serviço Público.
- (B) Parcerias Público-Privadas.
- (C) Permissão de Serviço Público.
- (D) Concessão de Serviço Público.
- (E) Autorização de Serviço Público.

53. Sobre Contratos Administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e deverá ser estabelecido apenas um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- (B) Os contratos deverão estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos do edital de licitação e os da proposta vencedora ou com os termos do ato que autorizou a contratação direta e os da respectiva proposta.
- (C) Os contratos administrativos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, concomitantemente, os princípios da teoria geral do direito e as disposições de direito privado.
- (D) O prazo de convocação poderá ser prorrogado 2 (duas) vezes, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- (E) Será obrigatório à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

54. Sobre o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) correspondente a publicação bimestral que apresenta as informações fiscais consolidadas de cada ente do país, assinale a alternativa correta.

- (A) Congrega as informações da execução orçamentária de todos os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, excetuando o Ministério Público e a Defensoria Pública, e deve ser publicado pelas esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal.
- (B) O RREO abrange todos os poderes e cada poder, de cada ente federado deve publicar seu relatório.
- (C) É exigência do § 3.º, artigo 165, da Constituição Federal de 1988 e deve ser publicado pelo Poder Executivo até 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada bimestre.
- (D) Balanço que espelha as receitas arrecadadas e despesas orçamentárias, permitindo o acompanhamento pelo órgão de controle de contas (TCE) e também pela sociedade, que pode avaliar o desempenho da execução orçamentária da Administração Municipal.
- (E) As normas para elaboração e publicação do RREO são estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) e detalhadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

55. Sobre o diálogo competitivo, uma das inovações mais significativas disposta pela Lei n.º 14.133/2021, não apenas por ser modalidade de licitação inédita, mas também por transcender o modelo automático e estritamente vinculado de atuação administrativa após a publicação do edital, onipresente na Lei n.º 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) Essa modalidade de licitação garante uma maior aproximação entre o objeto da licitação e a solução que será contratada, o que pode resultar em uma contratação mais eficiente e econômica.
- (B) Essa abordagem mais rígida, estimula a criatividade dos licitantes, porém não favorece a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. O diálogo competitivo pode ser uma alternativa interessante em casos de contratações complexas ou inovadoras.
- (C) Essa modalidade permite que a administração pública, em casos de contratações de grande complexidade técnica ou quando não há solução pronta no mercado, possa realizar uma conversa prévia com os licitantes e impor uma solução adequada para a demanda.
- (D) Essa modalidade só é útil em casos de contratações complexas, inovadoras ou na criação de novos produtos ou tecnologias, os quais a administração pública precisa contar com a expertise técnica dos licitantes para desenvolver soluções mais adequadas.
- (E) É uma alternativa à contratação direta, pois permite que a administração pública obtenha uma solução personalizada para sua demanda e fora do engessamento da observação dos princípios da isonomia, da competitividade e da transparência.

56. Sobre o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) que consiste em um dos instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal criados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa correta.

- (A) O RGF deverá ser publicado até 15 dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.
- (B) Os relatórios deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade.
- (C) Objetiva o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF: despesas com pessoal, despesas de rolagem da dívida pública, dívida consolidada líquida, concessão de garantias e contratação de operações de crédito extraordinárias.
- (D) O descumprimento dos prazos não impedirá que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- (E) Ao final de cada trimestre deve ser emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), assinado pelo Chefe do Poder Executivo.

57. Conforme estabelece a Lei n.º 4.320/1964, sobre créditos adicionais, “autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”, os quais, dependendo da sua finalidade, são classificados como suplementares, especiais ou extraordinários, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso dos créditos extraordinários, o governo é dispensado de apresentar previamente quais serão as fontes dos recursos. No entanto, para créditos adicionais, suplementares ou especiais, é preciso especificar a origem do dinheiro no projeto de lei enviado ao Congresso.
- (B) Os créditos especiais permitem que o governo libere mais recursos para projetos previstos no orçamento e que precisam de reforços.
- (C) Os créditos especiais, por sua vez, são para despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerras e calamidades públicas.
- (D) Em maio de 2020, por exemplo, a Presidência da República publicou a Medida Provisória n.º 967/2020, que destinava crédito especial de R\$ 5,566 bilhões para ações de combate à pandemia.
- (E) Os créditos suplementares são para necessidades não contempladas no orçamento. Ambos precisam ser instituídos por meio de uma lei, após aprovação do Legislativo e sanção do poder Executivo.

58. O Anexo de Riscos Fiscais tem por objetivo, conforme estabelecido pelo § 3.º do artigo 4.º da Lei Complementar n.º 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso os riscos se concretizem. Dessa forma, é apresentada uma visão geral sobre os principais eventos mapeados que podem afetar as metas e objetivos fiscais do Governo. Sobre passivo contingente, assinale a alternativa correta.

- (A) O passivo contingente aparece no balanço patrimonial e mesmo assim, as empresas precisam elaborar notas explicativas sobre as contingências passivas.
- (B) É um valor que aparece no fechamento da demonstração contábil e considera eventos previstos, mas que possuem um futuro incerto – aqueles que ainda não se concretizaram e não possuem data prevista para que ocorram.
- (C) São números de fechamento feitos pelo setor financeiro e administrativo da empresa, e que não precisam de suporte de estudos e pareceres técnicos para possuírem posições isentas e realistas.
- (D) É um gasto improvável, mas que, em geral, se concretiza. Ou seja, o passivo contingente, normalmente, expressa um valor não previsto no orçamento, e que, na maioria das vezes, será gasto.
- (E) É aquele que satisfaz alguns dos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis. Ou seja, são obrigações possíveis, que ainda vão ser confirmadas.

59. Para a consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados e Municípios, mencionadas no artigo 51 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão encaminhar suas contas à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF), órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, nos prazos previstos no § 1.º do referido artigo. Sobre os prazos e as consequências do não cumprimento destes, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de maio, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação em meios de comunicação oficiais.
- (B) Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas relativas ao exercício anterior ao Poder Executivo da União até 30 de maio.
- (C) O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de julho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.
- (D) O descumprimento dos prazos previstos impedirá, até que a situação seja regularizada, que o Poder ou órgão referido receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, inclusive as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.
- (E) O descumprimento dos prazos previstos impedirá, até que a situação seja regularizada, que o Poder ou órgão referido receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.

60. Constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades, os Bens

- (A) de Natureza Industrial.
- (B) Intangíveis.
- (C) Dominicais.
- (D) de Uso Comum.
- (E) de Uso Especial.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. A resposta deverá conter a extensão mínima de **10 (dez)** e máxima de **20 (vinte)** linhas para o texto.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada com material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O caderno de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.

Tema: Princípios Orçamentários – Não Vinculação ou Não Afetação das Receitas**QUESTÃO 1**

Para além da visão simplista de que, a Lei Orçamentária Anual é apenas um apanhado de Receitas e Despesas previstas para o fim de realizar a missão de cada ente federado, contida em seus planejamentos, **identifique** que outros grandes parâmetros e desafios devem ser bem trabalhados na LOA.

QUESTÃO 2

Em relação ao Princípio Orçamentário da Não Vinculação ou Não Afetação das receitas, explique sua visão sobre o princípio, sobre o grau de liberdade que o gestor público tem ao pensar o orçamento e se esse princípio tem aplicação prática, real, nos orçamentos públicos atuais.

QUESTÃO 1 - RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	

QUESTÃO 2 - RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	